Operação combate domínio do comércio de gás pelo Comando Vermelho

Facção ameaçava comerciantes e explorava a venda de botijões em áreas dominadas pelo tráfico

Por **Adriano Araújo**

REPRODUÇÃO / DIVULGAÇÃO



Operação da Civil e do MPRJ mira monopólio do comércio de gás do Comando Vermelho

A Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD), em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, realizam, na quarta-feira (28), a Operação Dominus, contra uma quadrilha ligada ao Comando Vermelho que explora a venda de gás e extorquia comerciantes em áreas dominadas pela facção.

Os agentes cumprem nove mandados de prisão e 44 de busca e apreensão. O MP também obteve na Justiça o bloqueio de mais de R$ 327 milhões em recursos vinculados aos denunciados no esquema. Quatro mandados já foram cumpridos, dois deles contra criminosos já encarcerados.

A investigação revelou um esquema em que a intimidação da facção era usada para impor regras comerciais e controlar a venda do gás de cozinha em comunidades dominadas pelo tráfico. A quadrilha ameaçava comerciantes e exigia a compra de botijão de empresas vinculadas à facção ou o pagamento periódico de valores para que os estabelecimentos pudessem continuar funcionando. As cobranças eram conhecidas como "metas do gás".

Os mandados são cumpridos em diferentes regiões do estado, principalmente em São Gonçalo: Jardim Catarina, Trindade, Santa Luzia, Guaxindiba, Neves, Boaçu e Alcântara. As diligências também ocorrem em bairros de Itaboraí, Duque de Caxias e Niterói, além do Recreio dos Bandeirantes e da Taquara, na capital. São alvos residências e estabelecimentos comerciais, especialmente distribuidoras e revendedoras de gás apontadas como integrantes ou vinculadas à quadrilha.

A investigação começou em 2024 e identificou uma organização com divisão de tarefas e funções específicas. A estrutura reunia operadores comerciais, responsáveis pela logística de distribuição, arrecadadores e integrantes ligados ao controle territorial do Comando Vermelho. Segundo a DDSD, a exploração do mercado de gás ultrapassou a atividade comercial e se tornou um mecanismo de obtenção de recursos sustentado por ameaças e coerção.

Foram ouvidas testemunhas, realizadas diligências de campo e cruzamento de dados cadastrais, além de analisarem registros de estações rádio-base, interceptações telefônicas e dados telemáticos obtidos mediante autorização judicial. "A análise de arquivos armazenados em dispositivos utilizados por um dos principais alvos também permitiu recuperar comunicações e identificar articulações entre responsáveis pela atividade comercial, arrecadadores e integrantes ligados ao tráfico de drogas".

Segundo a investigação, o esquema tinha uma estrutura organizada, com funções específicas e comunicação permanente entre seus integrantes. Um dos núcleos era responsável pela coordenação operacional e pela interlocução entre operadores comerciais, arrecadadores e integrantes ligados ao controle territorial do Comando Vermelho. Outro núcleo atuava na logística da comercialização do gás, acompanhando a distribuição do produto e a manutenção do monopólio nas comunidades exploradas. Também foram identificados os responsáveis pela cobrança e arrecadação de dinheiro, além de interlocutores vinculados à estrutura territorial da facção, que seriam responsáveis pelas ameaças aos comerciantes.

A investigação também identificou a relação entre integrantes da quadrilha e lideranças do Comando Vermelho. O principal investigado mantinha relações de proximidade e confiança com lideranças da facção, prestando apoio a interesses pessoais e à movimentação de integrantes da cúpula do CV. "Os elementos reunidos pela DDSD indicam que essa relação ultrapassava as articulações comerciais relacionadas à exploração do gás, abrangendo auxílio logístico e convivência pessoal com chefes do tráfico".

O alvo atuava na locação de imóveis para Edgard Alves de Andrade, o "Doca", apontado como a principal liderança em liberdade do Comando Vermelho. A apuração identificou, ainda, sua contribuição para a fuga dessa liderança do Complexo do Alemão durante a Operação Contenção, realizada em outubro de 2025.

Procuradora de Macaé faz postagem nas redes contra petistas

Da **Redação**

TIAGO FERREIRA



Vereadores de Macaé repudiam a fala da procuradora do Município

Uma procuradora de Macaé, no Norte do estado, fez uma postagem nas redes sociais falando que faria mais "política pública para petistas", inclusive sugerindo que empresas não contratem "artistas, pobres nordestinos e mineiros". Renata Pinto Rodrigues Pimentel Ribeiro é alvo de um inquérito na Polícia Civil.

"Petistas não vão trabalhar pra mim, não vou fazer mais política pública pra poder ajudar esse tipo de gente. Aconselho a todos os empresários, microempresários a não contratarem artistas, pobres nordestinos e mineiros", disse um trecho da postagem no Facebook.

A mensagem segue em tom xenofóbico, quando a procuradora cita trabalhadores que vem de Minas Gerais para trabalhar em Macaé. "Aliás, mineiros saem de Macaé (sic)! Já basta o Espírito Santo que vocês invadem feito tralha".

Com a repercussão do caso, internautas recuperaram outras publicações de Renata nas redes sociais. Em uma delas, no X, em 2025, diz que se pudesse "metralhava" pessoas de esquerda.

"Não tenho palavras para descrever estes nazistas de esquerda! Se eu pudesse metralhava a todos sem distinção! Estamos em guerra mesmo! Morte aos esquerdistas", escreveu. Também há mensagens de tom transfóbico.

A Prefeitura de Macaé informou que o caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Município e que as medidas administrativas cabíveis serão tomadas. A administração também afirmou que as declarações atribuídas à servidora não representam os valores nem a posição institucional do município. "Repudiamos veemente o teor das declarações ofensivas e discriminatórias".

Procurada, a Polícia Civil disse que, ao tomar conhecimento do caso, a 123ª DP (Macaé) instaurou um inquérito para apurar os fatos.

Ao "g1", a procuradora disse que as publicações estavam em um perfil privado e que "foi traída por pessoas próximas". "Eu estava de cabeça quente. Os mineiros, inclusive, meu pai é mineiro, tá? Meu pai falecido, era mineiro, meu avô é mineiro. Estava de cabeça quente, como milhares de pessoas fizeram isso. É uma loucura, estou sendo ameaçada de morte", disse.

Ela alega que, como procuradora, iria continuar fazendo políticas públicas com imparcialidade e tentou se explicar. "Agora, eu falei: 'Não dê emprego'. Pô, quando a gente tá de cabeça quente, a gente fala umas coisas que não fala, né? Você tá entendendo? A gente bota filho de castigo, a gente faz milhões de coisas (sic)".

Questionada se estava arrependida da postagem, disse que não tiraria a mesma do ar. "Não tem como tirar, não tiro mais não, porque seria um ato covarde de meu".